



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 12 / 02 / 2020

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Henrique

Pinheiro
para relatar.

Em 18 / 08 / 20

[Assinatura]
Presidente da Comissão de Constituição
e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER nº ____/2020.

AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 08/2020, que:

"Dispõe sobre a aplicação de multa administrativa aos agressores de vítimas de violência doméstica e familiar definidas na Lei federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, no Estado do Piauí."

AUTORA: DEP. LUCY SOARES
RELATOR: **DEP. HENRIQUE PIRES**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), projeto de Lei que *dispõe sobre a aplicação de multa administrativa aos agressores de vítimas de violência doméstica e familiar definidas na Lei federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, no Estado do Piauí*, sendo a iniciativa da proposição exercida pela nobre Dep. Lucy Soares, conforme estabelece o art. 105, I do Regimento Interno.

O projeto de lei trata da aplicação de sanção por meio de multa administrativa ao agressor das vítimas de violência doméstica e familiar pelos custos relativos aos serviços públicos prestados diretamente ou pelas entidades da administração indireta do estado do Piauí, para o atendimento às vítimas em situação de violência doméstica e familiar.

Para tanto, a legisladora justifica que a proposição busca sancionar o agressor pecuniariamente, imputando maior responsabilização, de modo que a ele sejam atribuídas todas as consequências de seus atos, inclusive na seara financeira.

A nobre parlamentar arremata pontuando que esse tipo de responsabilização traz consigo um efeito pedagógico, devendo consequentemente prevenir ações nesse sentido por parte de agressores em potencial.

Cabe a esta comissão, conforme determina o art. 34, I, "a", do Regimento interno, apreciar em caráter preliminar, os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa correspondentes.

Eis o relatório.



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
II – VOTO DO RELATOR

Ao aprofundar o exame da proposição verifico que não foi encontrado nenhum óbice elencado no art. 97 do Regimento Interno, ou seja, entendo que inexistente óbice de natureza formal ou material que impeça o exame e o regular prosseguimento do feito.

Ademais, inexistente vício no tocante à iniciativa nem tampouco quanto à constitucionalidade material correspondente. Da mesma forma se apresenta o texto da proposição, uma vez que o mesmo está em consonância com o parâmetro da boa técnica legislativa, aspecto indispensável ao prosseguimento do feito.

Logo, cumpridas as exigências legais preliminarmente analisadas neste momento, verifico que o projeto de lei reveste-se de constitucionalidade.

III – PARECER DA COMISSÃO

Por todo o exposto, observando a grande importância da iniciativa legislante da nobre colega Parlamentar e a boa técnica legislativa da proposição sob exame, manifesto-me **favoravelmente à sua aprovação.**

Em discussão, em votação:

Pelo acatamento (X)

Pela rejeição ()

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 31 de agosto de 2020.


DEP. HENRIQUE PIRES
RELATOR

Protocolado e assinado eletronicamente
ALEPI/SGM

Dep B. Sá
Dep Ceresa Brito
Dep João de Deus
Dep Joo Lima

| |
|----------------------------|
| APROVADO À UNANIMIDADE |
| EM <u>06 / 10 / 2020</u> |
| <u>Dep Suero</u> |
| PRESIDENTE DA COMISSÃO DE: |
| <u>Justiça</u> |